

DOI: 10.17553/2359-0831/ihgp.v2n1p169-187

*Rodolfo Pragana MOREIRA; Cesar Augusto SILVA; José Antônio HERRERA***MICROTERRITORIALIDADE E LUGAR DOS DE BAIXO, O CASO DO BAIXÃO DO TUFI EM ALTAMIRA – PARÁ***Rodolfo Pragana MOREIRA¹**Cesar Augusto SILVA²**José Antônio HERRERA³*

169

Resumo

Trata-se, neste artigo, da subjetividade construída na área popularmente conhecida como Baixão do Tufi, em Altamira/PA. Tem-se a análise a partir dos conceitos de microterritório e de lugar. Inicia-se o estudo pela mística social atribuída ao lugar desde as suas origens, uma áurea de violência, de tráfico de drogas e de prostituição que caracterizam o espaço. Membros do Grupo de Estudo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM) realizaram entrevistas abertas, durante o ano de 2014, com o objetivo de apreender a história e a memória que fazem parte da construção daquele espaço. As ponderações fizeram perceber a fragmentação socioespacial, o microterritório e a necessidade de se refletir sobre a geografia cultural na Amazônia, as geografias da percepção, das identidades e dos simbolismos que são (re)criados no território.

Palavras-chave: Geografia cultural, subjetividade, identidades e simbolismos

MICROTERRITORIALITYS AND PLACE OF LOW, THE CASE OF BAIXÃO DO TUFI IN ALTAMIRA - PARÁ**Abstract**

It is in this article, the subjectivity built in the area popularly known as Baixão of Tufi, in Altamira / PA. There is the analysis based on the concepts of microterritorial and place. Begins the study by social attributed to mystical place since its origins, an aura of violence, drug trafficking and prostitution that characterize space. Members of the Study Group Development and Territorial Dynamics in the Amazon (GEDTAM) conducted open interviews during the year 2014, in order to grasp the history and memory that are part of the construction of that space. The weightings did realize the socio-spatial fragmentation, microterritorial and the need to reflect on the cultural geography in the Amazon, the geographies of perception, identity and symbolism that are (re) created in the territory.

Key-words: Cultural Geography, subjectivity, identity and symbolism

INTRODUÇÃO

Iniciar um ensaio que edifique temas sobre a Geografia Cultural na Amazônia, requer amplo esforço teórico-prático no intento de possibilitar a coletividade ponderações sobre a teia de sociabilidade que tem sido esquecida e/ou deixada de lado pelos sujeitos hegemônicos, e por vezes pela própria população local.

¹ Graduado em geografia pela Universidade Federal do Pará/Campus Altamira. Membro do Grupo de Estudo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM), e-mail: roo.p-cb@live.com

² Graduado em geografia pela Universidade Federal do Pará/Campus Altamira. Membro do Grupo de Estudo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM), e-mail: cesar10atm@hotmail.com

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente – UNICAMP. Professor da faculdade de geografia Campus/Altamira e do Programa de Pós-Graduação em Geografia /Belém. Líder do Grupo de Estudo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM) e-mail: herrera@ufpa.br

As reflexões no texto têm base na observação e no acompanhamento do microterritório do Baixão do Tufi, zona urbana de Altamira, Sudoeste do Estado do Pará. No qual evidencia-se uma trama simbólica que envolve e é envolvida por aquela dimensão do espaço, que ganha forma territorial junto aos conflitos socioespaciais que entrelaçam a população que ali habita.

Corrêa e Rosendahl (2002) admitem que pesquisas empíricas em um contexto policultural como o Brasil pode alimentar novos conceitos e ampliar a base teórica da geografia cultural. Na Amazônia, notadamente, o contexto não se diferencia, por isso a tentativa de propor temas sobre a subjetividade, a identidade, as simbologias territoriais e o microterritório.

A observação da realidade, a *empíria*, leva em consideração visitas de campo entre os meses de março, abril, maio e junho de 2014, mais a observação, mesmo que esporádica, e as reflexões, têm seu início após novembro de 2012 quando os autores participaram do “II Seminário internacional sobre microterritorialidades na cidade” no campus da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Presidente Prudente. Evento que despertou as primeiras expertises para tratar a respeito do microterritório.

Desse modo, a chegada de um visitante à Altamira, como em grande parte das cidades não conhecidas, requer a identificação de áreas de lazer, de espaços a serem conhecidos e aqueles que ora deve-se existir o distanciamento, principalmente pela marginalização e pela degradação socioespacial, pela violência, pela prostituição e pelo tráfico de drogas que caracterizam determinadas áreas.

No trabalho, trata-se sobre o que convencionou-se chamar de Baixão do Tufi, que indica um microterritório, lugar dos de baixo, de segregação e fragmentação socioespacial. Para ratificar, aplicou-se entrevistas abertas aos moradores que compõem os bairros que formam o Baixão (Brasília, SUDAM I e Jardim Altamira), especialmente por entender que identidade, história e memória dos sujeitos territoriais representam o ser e o viver naquele espaço.

Primeiramente, as entrevistas foram aplicadas de forma aleatória, mormente nos primeiros contatos com a população do local, isso como condição e meio para construir uma rede de relações sociais para identificar pessoas chaves para o esclarecimento dos objetos estudados.

As percepções sobre a produção do espaço, podem representar temas potenciais para futuros estudos sobre a geografia cultural na Amazônia, espaço que recorrentemente territorializa-se, pelo emaranhado de sujeitos, de tempos e de histórias que (des)constroem símbolos, identidades e representações sobre os pertencimentos territoriais nessa porção do país. No objeto de estudo, antigas expertises sobre o espaço do Baixão, suscitaram temáticas, como: a identidade, a cultura, o esquecimento, o direito à cidade e a trama de uma sociabilidade, ora baseada nos vínculos orgânicos ora na violência.

São essas expertises que possibilitaram tratar o Baixão, a partir do conceito de microterritório e de lugar, sobretudo por entender a área a partir do par solidariedade/contradição. Por ora, as observações ratificam que o microterritório, pode ser entendido como lugar dos de baixo, da violência, do tráfico de drogas, da prostituição e das rotas contínuas de viaturas policiais para atender ocorrências das mais diversas e desumanas o possível.

As reflexões distribuídas no ensaio, tem sua elaboração vinculada ao Grupo de Estudo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM), que tenta fazer possível reflexões que transpassam geografias estanques, no constructo de uma geografia ativa, de acompanhamento e de intervenção na realidade socioespacial. De modo que o grupo objetiva desvelar transformações simbólicas e possibilitar assimilações multiculturais que permeiam áreas de conflito.

BREVES NOTAS HISTÓRICAS E CARACTERÍSTICAS DO BAIXÃO DO TUFI

O Baixão do Tufi, microterritório de conflitos na zona Urbana de Altamira, é envolvido por uma área de violência, de tráfico de drogas, de prostituição, de rotas policiais e de instabilidade socioespacial. Observações, visitas e conversas possibilitaram acepções parciais sobre as dinâmicas que envolvem esse espaço.

Baixão, pois, a área é composta por extensões de relevo rebaixadas, que no inverno amazônico (período chuvoso), normalmente entre os meses de janeiro à maio, tem suas áreas inundadas pelo aumento no nível da água no Igarapé Altamira, afluente

do rio Xingu. E, Tufi, pois, o “primeiro”⁴ a ocupar efetivamente o espaço tinha o nome de Haja Tufi, proprietário de terra que ficou conhecido por ter uma boate “Cabaré” com seu nome, resultando na identificação do microterritório como Baixão do Tufi.

A história do Baixão, e do início da ocupação, vincula-se ao fim do Cabaré do Tufi no início da década de 1990, quando ocorreu o caso de uma criança falecida dentro de um poço próximo ao Cabaré, que culminou com a intervenção do exército brasileiro e a pacificação da área, especialmente pelos sucessivos crimes que aconteciam no/ou próximo ao Cabaré do Tufi. Segundo relato de um dos primeiros moradores do microterritório, antes do ano de 1990, havia talvez menos de cinco (5) moradias contando com o Cabaré, e com o acontecimento supracitado, as ocupações em massa sobrevieram.

Foi nessa época, 1990 à 1992, foi por aí assim, que começou o negócio da invasão, que aí a prefeitura veio, depois que já tava tudo feito muitas casinhas, barraquinhas né, o pessoal sempre que começa as invasão, começa as barraquinha, e aí a prefeitura foi, por intermédio da prefeitura, aí concordou com o pessoal aí, e fizeram as ruas, e hoje tá assim. [O senhor disse que tinha havido um caso para o estopim das invasões?] – Isso, como eu falei, existia um cabaré do Tufi, que aconteceu um caso aí de um criança, de uma morte de uma criança, que acharam dentro de um poço, foi quando o exército desceu e ILUMINOU, acabou com o cabaré do Tufi, daí foi quando surgiu o negócio das invasão, foi por intermédio, foi por meio do exército, desceu aí e acabou com esse problema, porque acontecia muito caso a noite, de dia mais, era fechado, mas toda noite tinha um negócio de problema aí, era tipo um barzinho, era tipo um bar, não sei, eu não andava lá, mas eu acho que era tipo um bar, e aí toda noite acontecia morte, tiro, faca, era muito problema. Daí quando surgiu esse caso da morte da criança foi quando aconteceu do exército descer e acabar com esse problema aí (ENTREVISTADO 1, 2014)⁵

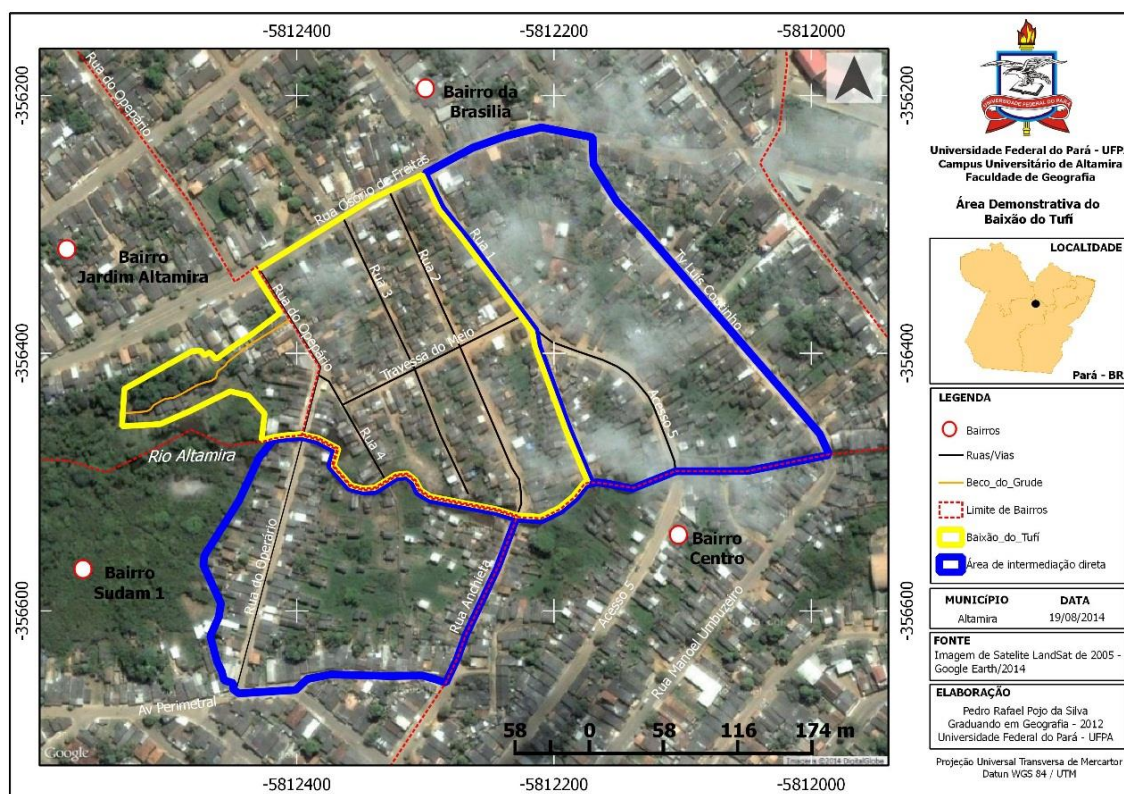
Por conseguinte, o marco temporal possível das primeiras ocupações no Baixão, retoma o início da década de 1990, quando a terra passou, por meio da venda, do “primeiro” ocupante expressivo para a prefeitura, que loteou e sorteou (o restante da terra não invadida e/ou ocupada) por entre os moradores que precisavam de áreas para morar e prosperar suas vidas. No início, a terra, era composta por mata e “juquira”, que é vegetação de baixo porte (mata secundária), no qual as pessoas caçavam e se envolviam com uma dinâmica/tempo de vida lento.

⁴ O “primeiro” referencia que o senhor Haja Tufi foi reconhecido como o proprietário/habitante inicial na criação do Baixão do Tufi, não significando, estritamente, que ele tenha sido o primeiro a ocupar e/ou possuir a área.

⁵ Preferiu-se omitir a identificação dos moradores entrevistados como forma de preservar suas imagens.

Ao longo dos anos, as transformações ambientais e o povoamento na área foram significativos, tanto para a transformação/produção do espaço quanto para constituir o invólucro de lugar dos de baixo, de marginalização social e de microterritório de conflitos. Entende-se, empiricamente, que a maior parte da população (de dentro do microterritório) considera Baixão, o conjunto de ruas: Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Travessa do Meio, Rua dos Operários e Beco do Grude, sendo suas imediações diretas a Rua Itamaraty, Rua Luís Coutinho, Acesso Cinco (5), Rua Anchieta e uma parte da Rua dos Operários⁶, distribuídas entre os bairros (Brasília, SUDAM I e Jardim Altamira). Conforme o mapa 1, indica:

Mapa 1: Área demonstrativa do microterritório do Baixão do Tufi Altamira/Pará.



No mapa, apesar de haver uma circunscrição “do que provavelmente seria”⁷ o Baixão, o objetivo não é delimitar o microterritório, pois além de entendê-lo a partir de

⁶ O conjunto de ruas nomeado de imediações diretas, são algumas ruas que dão acesso ao Baixão do Tufi. Para tanto, por haver grande divergência sobre a sua delimitação, pretendeu-se crer que essas ruas formam interseções/limites entre o Baixão e o restante da cidade.

⁷ “Do que provavelmente seria” é uma forma de relativizar os limites do Baixão, principalmente pela formatação dos diferentes olhares que compõem a memória e a identificação das pessoas com as áreas.

relações conflituosas de poder e sociabilidade, das classes subalternas, assinala-se que dividir/demarkar áreas fixadas, estanques, seria contradizer o cerne das proposições.

As aspas, “do que provavelmente seria”, se fazem necessárias por existir pessoas que desconsideram parte das ruas como componentes do Baixão, como Rua Itamaraty, Rua Luís Coutinho, Rua Anchieta e Acesso Cinco (5). Isto pois, ocorre a tentativa (por parte dos moradores) de se distanciar e de não reconhecer suas ruas como componentes do Baixão, os entrevistados defendem a estratégia de cultivar o afastamento dos excluídos, dos de baixo, e da desvalorização urbana, social e imobiliária que caracteriza o microterritório.

De todo modo, assinala-se existir uma rede de sociabilidade que converge características, símbolos, identidades e conflitos socioespaciais dos de baixo, dos subalternos, ou seja, da população com menos poder/influência político-econômica nas ruas que são mais ou menos identificadas como Baixão do Tufi. Anota-se, estrategicamente, que parte da divergência sobre o que seria o Baixão, ocorre em meio aos habitantes do conjunto de ruas supracitadas, pois, os moradores de outras áreas de Altamira podem, comumente, identificar todos aqueles logradouros como parte do microterritório.

SOBRE A GEOGRAFIA CULTURAL, OS SIMBOLISMOS DOS MODOS DE SER, VER E VIVER NO/O ESPAÇO

A Amazônia, como território, (re)produz relevante diversidade de uso, apropriação e domínio dos espaços por diferentes grupos em diferentes contextos espaço-temporais. As formas como a sociedade se utiliza do espaço, cristaliza diferentes territorializações, essas, materializam díspares representações socioculturais dos sujeitos que o compõem.

Claval (2002) acredita que o cerne da abordagem cultural é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas. A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica. Por isso, a materialidade não constitui única/inviolável forma de explicar a realidade, acrescenta-se a esta, a subjetividade, que constrói uma teia histórica de relações culturais entre os diferentes sujeitos e o meio, como em um par dialético.

Na Amazônia, os modos de ser, de ver e de viver no/o espaço, (re)produzem, historicamente, formas inacabadas perpetuadas pelas diretrizes do capital. Noutra viés, coexistem formas solidárias de ser, de ver e de viver no/o espaço, em grupo, sobretudo com minorias étnicas/populações tradicionais que ao longo do tempo usaram desse solo (amazônico) para conduzir suas vidas.

Esse par dialético, por natureza contraditório, contribui para instabilizar o que noutros trabalhos chamou-se de alteridade territorial, mormente pela expansão dos conflitos e pela sobreposição dos interesses dos sujeitos exógenos em relação aos sujeitos locais. Martins (1996) relata que a quebra com a alteridade territorial, vincula-se ao encontro de diferentes populações, culturas, tempos e experiências de vida.

É pelos tempos de vida, e pelas diferentes formas de usar o espaço e de perpetuar as relações sociais que se reproduzem os diferentes conflitos no território. Compreende-se existir uma crescente necessidade, sobretudo na Amazônia, de refletir sobre o que é cultura? Paul Claval, em um contexto epistemológico macro, estabelece que existem diversas concepções sobre o termo cultura.

1. Numa primeira concepção, a cultura aparece como um conjunto de práticas, de savoir-faire ou know hows, de conhecimentos e de valores que cada um recebe e adapta a situações evolutivas. Nessa concepção, a cultura aparece ao mesmo tempo como uma realidade individual (resultante da experiência de cada pessoa) e social (resultante de processos de comunicação). Não é uma realidade homogênea. Ela compõe muitas variações [...] 2. Numa segunda concepção a cultura é apresentada como um conjunto de princípios, regras, normas e valores que deveriam determinar as escolhas dos indivíduos e orientar a ação. Essa concepção a define como imutável. Essa concepção é útil para compreender a componente normativa dos comportamentos, mas as regras são interpretadas tanto para justificar escolhas diversas como para motivá-las [...] 3. Numa terceira concepção, a cultura é apresentada como um conjunto de atitudes e de costumes que dão ao grupo social a sua unidade. Essa concepção da cultura tem um papel importante na construção das identidades coletivas (CLAVAL, 2002, p. 21).

Discutir essas concepções, e redirecioná-las a Amazônia, faz parte da missão acadêmica que objetiva referenciar as múltiplas Amazônias, de tempos, de colonizações, de usos, de apropriações e de domínios, distintos. Essas máximas, a partir de constructos econômicos e socioculturais alocam-se em uma base espacial, distinguindo, histórias, identidades, memórias, costumes e hábitos na Amazônia em comparação ao restante do país.

A primeira concepção sobre cultura, se aproxima da Amazônia especialmente pelas práticas das populações tradicionais que povoa(ra)m essa imensa porção do país,

seja na empiricização das práticas individuais ou na cristalização das histórias, dos mitos e das simbologias dos sujeitos que compõem o território; Na segunda concepção sobre cultura, ocorre a delimitação de práticas, de regras e de princípios, que causam a dificuldade para a utilização na Amazônia, sobretudo pelo contexto multicultural de valores e modos de vida existentes nessa área, inviabilizando a determinação das escolhas da totalidade social; Na terceira proposta, pretende-se, a partir atitudes/costumes identificar a memória coletiva, não entendendo-a a partir de uma unidade fixa, estanque, mas a partir de um todo social complexo e multifacetado.

Corroborar-se com Carneiro, Itaborahy e Gabriel (2013) quando usam a Etnografia como uma ferramenta metodológica que consiste no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) deslocando-se de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se coloca.

Nesse viés, o fulcro é deslocar-se até o mundo do outro, no intento de desvelar práticas, ideais, perspectivas e crises, mesmo aquelas brotadas da subjetividade dos fenômenos psicossociais difundidos da relação sociedade-espço. Essas abordagens, concedem centralidade ao conceito de território, ratificando politicamente a cultura, pois, práticas, ideias e crises abarcam territorializações que possibilitam extrair materialidades e subjetividades dos objetos e relações estudadas.

Para tanto, além da concreticidade da vida social, no presente, lida-se também com o passado, com as marcas, com os simbolismos (re)criados por contrarracionalidades que subsistem no território. Sobre a noção de contrarracionalidade, Santos (2012) aborda:

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contrarracionalidades. [...] Essas contrarracionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (SANTOS, 2012, p. 309).

A memória coletiva, referenciada no texto, faz parte da construção indivíduo-sociedade dos sujeitos subalternos, das contrarrazões, ou seja, de uma parcela da população que foi e é, expropriada, dos seus meios/modos de vida por um punhado de sujeitos exógenos do capital que pouco, ou nada, se preocupam com suas histórias e o seu futuro. Sobre memória, aborda-se:

Memória, como sabemos, é uma categoria biológica/psicológica que diz respeito à capacidade de armazenagem e conservação de informações. Não é neste sentido, entretanto, que pretendemos enfoca-la neste trabalho. O que nos interessa aqui é discutir a memória como um elemento essencial da identidade de um lugar (ABREU, 1998, p. 82).

No trabalho, o lugar, ou o microterritório, é o Baixão do Tufi, zona urbana de Altamira. A possibilidade de entendê-lo como lugar, faz parte da fortificação do sentimento de pertencimento, de manutenção da identidade (memória coletiva) e dos vínculos imateriais construídos com o meio ambiental e social que os envolve. Seja na relação com os vizinhos, com o rio, com o comerciante que vende(ia) “fiado” ou com a “barraca” onde ocorreu o nascimento dos filhos.

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo, ou seja, as relações orgânicas que compreendem o desenvolvimento da vida em coletividade. A memória compartilhada, por definição, ultrapassa sempre os limites do presente, mas não consegue mergulhar infinitamente no passado. Ela estende-se até onde pode.

Ainda sobre a memória coletiva, é “uma das maneiras mais importantes pelas quais os povos se localizam num espaço geográfico” (LITTLE, 1994, p.6). Ou seja, a memória ajuda a construir uma teia de significações socioespaciais, no estudo de caso (referenciando a Amazônia), essa teia é compreendida por um território de conflitos, que se transforma junto a superposição e as instabilidades arraigadas nas relações dos sujeitos territoriais. Sobre isso:

A superposição de memórias é parte da construção de formas de coexistência pluralista. [...] O conflito surge quando um grupo tenta tornar hegemônica sua reivindicação do espaço ou acredita que sua memória coletiva seja mais legítima que a dos outros, graças a afirmações de maior "veracidade" de sua memória ou de sua presença histórica mais prolongada. (LITTLE, 1994, p. 15).

Pollak (1992) designa que a memória coletiva encontra sua força e duração no fato de ser sustentada por um conjunto de indivíduos cuja lembrança do passado é referida a condição/representação de membros do grupo e sua totalidade, sabendo, no entanto, que essas memórias são divergentes entre si.

É importante desmistificar e requerer que o conhecimento da totalidade pressuponha sua divisão. Para Santos “o real é o processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento (SANTOS, 2012, p. 118).

A abordagem supracitada, pretende estimular o fortalecimento dos estudos culturais na Amazônia a partir da totalidade (material e imaterial) construída pelas múltiplas formas de usar, de apropriar ou de dominar o espaço. Este, territorializa-se, pois o emaranhado de sujeitos compõem variados conflitos que envolvem a base da construção histórica, social e espacial das populações da/na Amazônia.

ENTENDENDO A IDENTIDADE E O MICROTERRITÓRIO NA CONSTITUIÇÃO DO LUGAR

Trata-se da identidade e do microterritório como possíveis elementos explicativos das relações materiais (funcionais) e imateriais (simbólicas) que caracterizam o Baixão do Tufi, na produção do lugar. O propósito é que as reflexões possibilitem subsidiar a discussão sobre a memória e a rede de sociabilidade criada a partir das múltiplas formas de usar, de ser e de viver o espaço, não no sentido de propor reflexões acabadas, mas para pretender criar novos problemas para ponderações futuras.

Para Santos (2012) no lugar existe um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza. A ideia, no trabalho, é refletir sobre as múltiplas condições de cooperação e conflito do/no lugar.

A respeito da identidade, Chelotti (2010) afirma que ela é construída por subjetividades individuais e coletivas, defendidas (ou não) no lugar, e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Neste caso, as subjetividades individuais e coletivas produzem significações sobre o espaço,

transformando-o em microterritório⁸, podendo ou não construir identidades territoriais em conformidade com as formas de se relacionar com o meio.

O acompanhamento de ações, de entrevistas e de observações empíricas, no Baixão do Tufi, permitiram a apreensão, parcial, da produção de territorializações efetivas, mormente vinculadas ao pertencimento territorial, mas também possibilitou a apreensão de uma parcela de despossuídos, ou seja, moradores que não se identificam ou perderam a identificação/vínculo com aquele lugar.

Nesse sentido, o rompimento com o lugar de vivência, de produção histórica e de lembranças do passado, principalmente pelas condições inóspitas para se viver, asseveram que aquele microterritório dispõe de grandes complexidades socioespaciais.

Noutros termos, as diferentes formas de usar, de apropriar ou de dominar o espaço constroem diversas significações, na análise do lugar e das múltiplas territorializações que se configuram no emaranhado de relações materiais e simbólicas na produção do espaço.

Mesmo o Baixão sendo nomeadamente perigoso, intricado por áreas de risco, “bocas de fumo” e sucessivos crimes, coexistem habitantes que reconhecem seu pertencimento com o lugar, sobretudo pelas territorializações e acontecimentos históricos que envolve(ra)m a vida dessas pessoas na formatação do microterritório.

Nas interpretações, percebe-se uma dicotomia do (manter ou esquecer a identidade/memória do lugar). Correlacionando a isto, corrobora-se com o exposto, “o simples fato de vivermos em um espaço já nos identifica socialmente, reconhecendo-se nele um espaço vivido. (SOUZA; PEDON, 2007, p. 131). Para alguns dos entrevistados, o espaço vivido correlaciona-se a solidariedade, aos vínculos orgânicos e ao valor de uso, para outros, o espaço vivido é o lugar do crime, da marginalização social e das intempes da vida social contemporânea, sobretudo no construto simbólico edificado pela violência e pela marginalização social do Baixão.

⁸ O microterritório, envolve a escala submunicipal e congrega diversos agentes e organizações, que defendem questões particulares e heterogêneas, todavia, não se constituem como centro controlador do processo decisório, Amâncio *et al* (2011). As microterritorializações são rizomas que alteram a pretensa homogeneidade das ações e formas do espaço social. Elas instituem as táticas que rompem com as estratégias que definem o próprio lugar (DE CERTEAU, 1994), (DELEUZE; GUATTARI, 1995; COSTA, 2010, p. 28).

Nos termos acima, aqueles que não têm, ou, aqueles que perderam o vínculo com o microterritório, podem caracterizar microterritorializações que Costa (2010) cita ao tratar sobre um espaço social que não é exatamente sociedade, mas, ao mesmo tempo, mantém todas as determinações e desigualdades/contradições impostas por ela.

É razoável ponderar que estes processos compõem o Baixão, pois, parte da população quer ver-se desvinculada das mazelas que envolve(ra)m o microterritório, angariam a possibilidade de sair desse lugar⁹. É com a possibilidade de desvelar as diferentes territorializações e formas de usar, de ser e de viver no espaço, que no próximo item se discute as entrevistas realizadas com os moradores do Baixão do Tufi.

UMA TRAMA DE SOCIABILIDADE, MANUTENÇÃO OU ESQUECIMENTO DA MEMÓRIA DO/NO BAIXÃO TUFI

A ideia é debruçar-se sobre diversos olhares que assinalam histórias e simbolismos que caracterizam a construção histórico, social e espacial do Baixão do Tufi, sobretudo a partir da percepção dos entrevistados, moradores que coexistem em uma realidade amorfa de justiça social e cidadania. Neste viés, pretende-se mostrar as múltiplas percepções a respeito do microterritório, desde aquelas que envolvem o esquecimento da realidade e das lembranças do passado, ou, aquelas que procuram manter a identidade territorial baseado nas relações de solidariedade e valor de uso.

A transcrição da fala do entrevistado dois (2), quando executado a pergunta – [o senhor acha que tem muito pré-conceito com o pessoal que mora aqui?] a resposta foi incisiva – “Tem! Porque o Baixão do Tufi ele é muito falado, quando comenta pra alguém lá fora, qual é o Bairro, é o Baixão do Tufi, ele não vem não, pois isso aqui é uma favela amigo, só mora aqui quem é morador mesmo, outro cara que vem de fora lá, não compra casa aqui não” (ENTREVISTADO 2, 2014).

O entrevistado dois (2) mostra clareza a respeito da taxaçoão que existe sobre o Baixão do Tufi, muito embora mantenha vínculo com o microterritório pela história de praticamente vinte (20) anos morando no local. Segundo o entrevistado, não é de seu

⁹ Parte da população do Baixão do Tufi está em processo de realocação ou indenização, por conta dos impactos causados pela construção da UHE Belo Monte, as margens do rio Xingu. No entanto, não pretende-se aprofundar às discussões neste trabalho.

desejo sair do Baixão, sobretudo por localizar-se no centro da cidade, para ele, a retirada da população, acontece como parte de uma estratégia de tirar o pobre do centro da cidade, como uma forma de segregação criada pelos sujeitos hegemônicos.

Para o entrevistado, “o melhor seria se eles aterrassse a área e deixasse os pobre aqui” (ENTREVISTADO 2, 2014). Pois, o processo de realocação, por conta dos impactos causados pela construção da UHE Belo Monte, é parte do plano de reestruturação urbana vinculado as condicionantes para a construção da usina.

É a partir da reestruturação urbana e da história construída no local de morada, que muitos moradores entrevistados relataram a vontade por manter-se morando no microterritório. Entretanto, estão sendo construídos loteamentos afastados do centro da cidade para realocar a população, por isso, o entrevistado aborda “eles querem tirar o pobre do centro da cidade, pois o lugar do pobre, é longe de tudo” (ENTREVISTADO 2, 2014).

Na percepção de alguns dos entrevistados, seria possível aterrar a área e manter os moradores no local de suas residências, todavia, essa estratégia é relegada pelos ditames do capital e pela pretensa ordem, que mais parece desordem, dos sujeitos hegemônicos.

Uma pergunta comum aos entrevistados, foi [o senhor(a) gosta de morar aqui no Baixão do Tufi?], o entrevistado três (3) relata: - “rapaz, gostá mesmo, não gosto não” - [por que?] – “porque aqui a gente tá num meio de um pessoal da droga, é a gente tá no meio, aí a gente só vévi sem graça né? Num tem graça, eu não tenho satisfação em tê comunhão com esse povo, em tê palestra não. Isso aí pra mim é um povo que eu nem falo com eles” (ENTREVISTADO 3, 2014).

No relato supracitado, percebe-se a insatisfação do entrevistado em ter que coexistir em um espaço de conflitos, permeado pelo tráfico de drogas e pela violência social. Quando o morador destaca “a gente só vévi sem graça né”, subentende-se que a sua família quer se distanciar, para posteriormente tentar esquecer do lugar. Os relatos sobre a pobreza, o tráfico de drogas e o pré-conceito ratificam o microterritório descrito como lugar dos de baixo, de precariedade social e baixas condições de vida.

Da mesma entrevista supracitada, o informante relata uma condição, relativamente, parecida com a dos outros moradores, sobre o momento da sua instalação no Baixão, a saber:

[qual foi o motivo do senhor se instalar aqui no baixão do tufi?] é por causa de condição de moradia que eu não tinha, quando eu vim pra cá não tinha nada, não tinha condição de comprar casa, aí tinha que viver assim de aluguel, morando em quartinho velho, pra qui pra culá, aí larguei de morar alugado, depois que eu juntei com uma dona aí, e essa dona graças a Deus é uma velha trabalhadeira, como eu, interesseira e zelosa como eu, aí fomo trabalhando, trabalhando, aí nois casemos, bom aí através dela nois conseguimos aqui um barraquinho que era pequeno, era só um barraquinho dessa parede aí pra cá, aí depois foi aumentando, aumentando agora já tem casa ai muito dentro (ENTREVISTADO 3, 2014).

182

Nesse sentido, continua-se a reflexão a respeito da memória, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Compreensão essa presente nas ideias de Pollak (1992), a partir dos estudos de Halbwachs (1990), para quem a memória coletiva encontra sua força e duração no fato de ser sustentada por um conjunto de indivíduos cuja lembrança do passado é referida a condição/representação de membros do grupo.

A ponderação a respeito da memória e as aprendizagens interiorizadas no campo, possibilitaram referir-se a última fala, do entrevistado três (3), como uma forma de referenciar outras histórias que iniciaram suas dinâmicas de vida no microterritório com aspectos semelhantes, entretanto, existe a clareza de que o estabelecimento domiciliar não aconteceu da mesma forma com todos os habitantes do Baixão.

Essas evidências, ajudam a construir o invólucro de lugar dos de baixo, de marginalização social e de relações conflituosas de sociabilidade e de modos de ser, ver e viver no espaço, mormente pelos múltiplos sujeitos que compõem o Baixão. Para tanto, observou-se, cautelosamente, que parte dos entrevistados tem identificação com o lugar, sobretudo aqueles que residem na Rua 1 e na Rua 2, consideradas menos perigosas que a Rua 3, Rua 4, Rua dos Operários e Beco do Grude, que são mais permeadas por conflitos, não que nas primeiras isso não exista, mas as próprias narrativas ratificam essa distribuição desigual da violência e, assim, das múltiplas formas de ser, ver e viver no/o espaço.

Na entrevista a seguir, o morador faz referência às ruas 1, 2, 3, e 4, no qual diz “é assim as duas ruas pro final é violento, a três e a quatro, a dois e a um não é só família que mora” (ENTREVISTA 4, 2014). No relato anterior, delineia-se, parcialmente, a intenção de dividir internamente o Baixão, em áreas mais e menos

violentas, como conta o morador da Rua 2, ao tentar, intencionalmente, a busca pelo afastamento da marginalização social e dos grupos sociais mais excluídos.

Na mesma entrevista, percebe-se a identidade territorial do morador com o Baixão, sobretudo no período descrito abaixo:

[E se o senhor tivesse a opção de continuar morando aqui o senhor queria ficar aqui?] - “Mas com certeza né” – [Porque?] “É um lugar bom, é um lugar que pra onde você quer saltar é perto, é perto do centro se quiser ir no hospital é rapidola. E Olha, o Baixão do Tufi me representa muita coisa, porque eu construir minha vida aqui, criei meus filhos aqui, meus filhos já são de maior, então lembro daqui de muita coisa, representa muita coisa pra mim porque, representa toda minha história, desde começo, quando viemos morar aqui não tinha energia tivemos que fazer uma vaquinha um real daqui outro da li pra comprar os fios pra puxar o gato porque isto daqui era escuro demais, Então é muito história na vida da gente, né!” (ENTREVISTADO 4, 2014).

Nos trechos, “e olha, o Baixão do Tufi me representa muita coisa, porque eu construir minha vida aqui”, e, “então é muito história na vida da gente, né!”, explicita-se a identificação com o lugar, o pertencimento, sobretudo baseado nas relações históricas, espaciais e no valor de uso, pontos funcionais para o construto material e imaterial na formatação da identidade territorial.

Mas outras interpretações/olhares permitem elucidar a respeito da divisão interna do Baixão, ponderada em relatos precedentes. Para demonstrar, selecionou-se elementos das narrativas com dois moradores, um da Rua 4, e outro do Beco do Grude, que evidenciam parte dos simbolismos atrelados a violência social e ao pré-conceito com o microterritório. Quando perguntado ao morador/comerciante da Rua 4, que mora a oito (8) anos no Baixão, sobre o sentimento de morar na área e sobre o pré-conceito que existe a respeito do lugar de morada, o entrevistado aborda:

[Como é que o senhor se sente morando aqui?] – “Rapaz, a gente se sente humilhado né, uma humilhação, porque isso aqui é área de risco, área vermelha, morando no meio da bandidagem né, até a gente passa por bandido sem ser, aqui mora muito cidadão, mas aqui todo mundo é bandido, pra polícia aqui todo mundo é bandido”. [E como é que o senhor acha que o pessoal lá de fora ver o Baixão?] – “é que nem eu tô te falando, vê tipo uma favela né, porque aqui quando eu mudei pra cá, aqui era bom, botava qualquer coisa aqui tu vendia, agora não vende mais, porque o pessoal tem medo de descer” (ENTREVISTADO 5, 2014).

Os escritos anteriores, sobretudo “é área de risco, área vermelha, morando no meio da bandidagem né, até a gente passa por bandido sem ser”, esclarecem, parcialmente, a áurea de violência que existe emaranhada no microterritório, tornando-

se possível identifica-lo como rizoma que quebra/rompe a pretensa homogeneidade e que pode explicitar um campo de lutas que transpassa as dicotomias pobre x rico, asfalto x favela, memória x esquecimento, mas que abarca a totalidade, subdividida, da vida social, concretamente diversa e contraditória.

O relato possibilita desvelar o possível pré-conceito que os moradores de fora do Baixão tem com a área, mormente quando o entrevistado fala “aqui era bom, botava qualquer coisa aqui tu vendia, agora não vende mais, porque o pessoal tem medo de descer”, ou seja, percebe-se o cultivo do medo e da aversão mantidos pelos moradores de fora, em relação ao Baixão. Por isso, no início do texto, circunstancialmente, aborda-se sobre um visitante/turista conhecer áreas “apresentáveis” e não aquelas áreas no quais deve-se existir o distanciamento, aquelas áreas que, como abordadas na entrevista, são áreas vermelhas.

Noutro relato, que versa sobre um conteúdo similar, o entrevistado seis (6) exclama:

[Como o senhor se sente morando aqui? Você se sente dentro da cidade?] – “é assim, você se sente uma pessoa estranha dentro da cidade né?!, você mora aqui mas, é que nem o pessoal fala, ah, você é da onde? Do Baixão do Tufi, é da Rua dos Operários, aí o cara já te queima logo!” – [O senhor acha que a violência aqui acontece principalmente onde, em que área?] – “Rapaz, até eu falo com os colega lá fora assim, se você fosse cavar um poço hoje aqui, na esquina da rua 4 com a rua dos Operários, não saia água não, só sangue, direto você ver um com a cara quebrada ali, um querendo furar outro, um matando o outro” (ENTREVISTADO 6, 2014).

Posterior ao relato antecedente, pode-se apreender parte dos simbolismos que envolvem o Baixão do Tufi, a fala do entrevistado seis (6) converge aos relatos do entrevistado cinco (5), sobretudo quando tratam do pré-conceito que as pessoas, do restante da cidade, tem com o Baixão. Na fala anterior, o entrevistado seis (6) coloca “se você fosse cavar um poço hoje aqui, na esquina da rua 4 com a rua dos Operários, não saia água não, só sangue”, a afirmativa releva a coexistência humana em um ambiente caótico da vida social.

As ponderações, permitem, apontar o distanciamento da materialização da cidadania, dos valores e da democracia como componentes da área, mormente pela deterioração socioespacial e pela marginalização simbólica que existem arraigadas a vida daquela população.

ALGUMAS PONDERAÇÕES

O intento foi e é elencar percepções sobre a identidade, o lugar e o microterritório que constituem no Baixão do Tufi um espaço com tantas particularidades. Cabe, o pôr a pensar, por entre a comunidade acadêmica, a potencialidade de estudar a geografia cultural na Amazônia, as subjetivações e as microhistórias configuradas pelos diferentes sujeitos do/no espaço.

Assis (2009) aborda que a operacionalização da totalidade, como recurso do método geográfico, deve partir do lugar e das suas articulações com o mundo, ou seja, de um movimento dialético entre o universal e o particular. No caso analisado, alvitrou-se a necessidade, não em tratar temáticas localistas, mas em considerar que as dinâmicas locais fazem parte de uma dinâmica social de maior escala.

O Baixão do Tufi, é configurado por áreas de solidariedade e conflito, que produzem o lugar, sendo importante que a população, de modo geral, transpasse o *status quo* referenciado ao microterritório. No qual se identificou três (3) áreas, a saber: 1. o Baixão; 2. as áreas de intermediação direta e a; 3. Cidade; como formas/conteúdos divididos pelo pré-conceito, pelo medo e pela sobreposição/justaposição social que auxiliam na formatação de territórios instáveis caracterizados por conflitos e por resistências. O *status quo*, dar-se pela marginalização simbólica/social com o qual a população dessas três áreas mencionadas anteriormente vivem.

Por isso, nas notas do trabalho, intenta-se discutir, brevemente, o direito à cidade, proposto por Lefebvre (2001) no qual pondera que o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar, também o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

A breve discussão se justifica por entender que a população do Baixão, não vive, relativamente, o direito à cidade, se analisado os elementos que o constituem, pois a população ainda dispõe de diferentes (desiguais) mecanismos, ora aproximando, ora, afastando, do direito à cidade, do direito ao entorno, a cidadania etc.

O Baixão do Tufi é composto por formas (infraestrutura) e por conteúdos (subjetividade) degradadas, seja em relação ao acesso aos serviços básicos ou seja em

função dos simbolismos criados face o crime e a marginalização social característicos do microterritório.

Para tanto, corrobora-se com Herrera e Moreira (2013) quando destacam que as assimetrias sociais não devem ser encaradas como fator pujante de desestruturação social, pelo contrário, é virtuoso entender essas diversidades como fator positivo de construção e desenvolvimento da nação, sobretudo na Amazônia.

Dessa forma, pretendeu-se transpassar leituras fixas, uniformes ou céticas, mormente pela tentativa de propor reflexões sobre a geografia cultural, entendendo que a cultura abarca a identidade, os modos de viver e de usar o espaço, os simbolismos, mas sem dissociar a cultura do todo concreto, do material e das relações entre os diferentes sujeitos que compõem o espaço geográfico.

AGRADECIMENTOS:

À Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA, pelo apoio financeiro destinado à pesquisa via os projetos aprovados nos Editais temáticos 05 e 08 do ano de 2014.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, M. A.; Sobre a Memória das Cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série**, vol. XIV, Porto, 1998, pp.77-97.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- CARNEIRO, L. O.; ITABORAHY, N. Z.; GABRIEL, R. A. Territorialidades e etnografia: Avanços metodológicos da análise geográfica de comunidades tradicionais. **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO v. 7, n. 1 Abril/2013 p.81-101.
- DE CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994. V. 1.
- CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (1): 165-180, abr. 2010.
- CLAVAL, P. “A volta do cultural” na geografia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 01, número 01, 2002. p.19-28.
- CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. **A Volta do Cultural**, 2002.

- COSTA, B. P. Espaço social, cultura e território: O processo de microterritorialização Homoerótica. **Espaço e Cultura**, Uerj, Rio de Janeiro, nº. 27, Jan./Jun. 2010, pp. 25-37.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vétice. 1990.
- HERRERA, J. A.; MOREIRA, R. P. Resistência e conflitos sociais na Amazônia paraense: a luta contra o empreendimento hidrelétrico de Belo monte. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 130-151, ago., 2013.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo. Centauro, 2001. 144p.
- LITTLE, P. Espaço, Memória e Migração: Por uma teoria da reterritorialização. Brasília, **Textos de História**, 1994, p.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: 5ª Edição Edusp, 2012.
- SOUZA. E. A.; PEDON, N. R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas** Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.